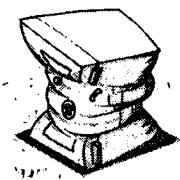


SUAS CONTAS – AJUSTE FISCAL

Benefício acima de R\$ 1,3 mil tem o imposto

Previdência Social
compensa tributo retido
em aposentadoria abaixo
desse valor



Os segurados de regime previdenciário que ganham até R\$ 1.300,00 continuarão isentos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Assim, somente quem recebe acima desse valor arcará com o pagamento de um tributo maior, de 0,38%, sobre o seu benefício, em 1999.

No caso da Previdência Social, a isenção é concedida às aposentadorias, pensões e demais benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os segurados com direito à isenção terão a CPMF compensada no benefício, como já ocorre. A Previdência vai creditar o valor relativo ao tributo no pagamento. Ao fazer o saque, o valor referente à contribuição ficará retido na agência bancária. Se depositar o dinheiro em conta corrente, o segurado pagará a CPMF ao fazer o saque ou transferência.

Em contrapartida, com a reforma, a partir de janeiro, os segurados com 65 anos ou mais perderão a isenção de R\$ 900,00 por mês no Imposto de Renda.

CONTRIBUIÇÃO AO INSS

Para compensar a puxada na alíquota da CPMF, os assalariados e a empregada com vencimentos de até três salários mínimos (R\$ 390,00) terão uma diminuição no valor pago ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 1999.

Quem ganha até R\$ 324,45 passará a pagar 7,62% sobre o salário de contribuição. Para vencimentos entre R\$ 324,46 e R\$ 390,00 a



alíquota será de 8,62%.

Nas faixas de contribuição a partir de R\$ 390,01 a alíquota não muda.

Essa diminuição na alíquota do INSS pode representar até um incremento no salário da doméstica. É que normalmente essa profissional recebe diretamente da patroa e, se o pagamento for em espécie, não há incidência da CPMF.

DOMÉSTICA

O programa de estabilidade fiscal atingirá indiretamente o trabalhador doméstico, afirma o professor de direito do trabalho da Universidade de São Paulo, Estêvão Mallet. “A redução dos recursos da classe média vai dificultar a contratação de um empregado, agravando o desemprego no setor.”

Mas vale lembrar que a empregada doméstica que ganha até três salários mínimos (R\$ 390,00) por mês e tem conta corrente não será atingida pelo aumento da CPMF, que em 1999 será de 0,38%. Ela também pagará INSS por uma alíquota menor.

EMPREGO

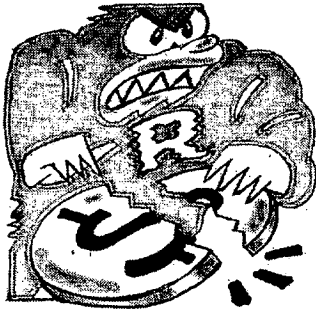
Número de vagas tende a ser reduzido e pode haver mais dificuldades para negociar salário

O ajuste fiscal tende a ter impacto negativo no nível do emprego. Para Antônio Correa Lacerda, coordenador de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon), o pacote do governo vai retirar recursos dos consumidores, o que deverá reduzir as vendas e, consequentemente, a produção. Isso provocará corte nos empregos.

Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), tem a mesma opinião de Lacerda. Mendonça não vê boas perspectivas nem mesmo para os setores em que há uma tendência de investimento, como o de telecomunicações, energia e construção. “Mesmo nesses setores, as empresas tendem a enxu-

gar os seus quadros.” O mais prejudicado, na sua avaliação, será o de construção civil: “Com as taxas de juros elevadas, não haverá grandes investimentos no setor.”

Os assalariados devem preparar-se para à redução na remuneração, por conta da diminuição da jornada de trabalho e para reajustes que, no máximo, poderão repor as perdas na data-base. “Na melhor das hipóteses, as categorias com datas-base nos próximos meses vão conseguir a manutenção dos salários nos níveis atuais”, diz Mendonça. Também não devem contar com abono a título de participação nos lucros e resultados: “As empresas não vão querer reduzir ainda mais a lucratividade.” Os autônomos, profissionais liberais e até mesmo os trabalhadores do mercado informal devem preparar-se para uma queda na sua renda. Nem mesmo os servidores federais estão isentos da redução nos vencimentos. O aumento da alíquota de contribuição vai reduzir a sua renda.



DESEMPREGO

Estão sendo estudadas medidas para o seguro-desemprego. O recebimento desse benefício passará a ser condicionado à frequência do trabalhador em cursos de qualificação profissional. Essa norma, já em teste no Distrito Federal, será estendida a todo o País. O número de parcelas também crescerá. Nas atividades em que houver maior dificuldade de recolocação no mercado o benefício será estendido por mais tempo.

Quanto à CPMF, o seguro-desemprego é isento.

FGTS

O saque de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem isenção de CPMF. Também não há incidência sobre o uso do FGTS na compra de imóvel, abatimento da prestação e amortização do saldo devedor. Mas, se o saldo for depositado em conta corrente, há a cobrança.

Como os juros devem continuar elevados, o saldo das contas do Fundo manterão bons rendimentos acima da inflação. É que a correção toma a TR como base e essa taxa reflete os juros.

PIS/PASEP

O abono e os rendimentos do PIS e do Pasep, assim como o saque das cotas, são isentos da CPMF e por isso não serão atingidos pela puxada na alíquota. No entanto, os assalariados que têm o recebimento desse benefício por meio da folha de pagamento serão afetados por essa alta em 1999, porque em geral o salário é pago em cheque nominal ou por meio de depósito em conta bancária. Já o saldo das cotas ficará sujeito ao tributo se for depositado em conta corrente.

IMPOSTO DE RENDA

Alíquota para quem
ganha acima de
R\$ 1,8 mil permanece em
27,5% até o fim de 1999

SANDRA SILVA

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que as alíquotas do Imposto de Renda da tabela de desconto na fonte “continuam como estão”. Isso quer dizer que o percentual de 27,5%, válido para quem ganha acima de R\$ 1,8 mil, será mantido até o fim de 1999. Mas nada indica que, decorrido esse prazo, a alíquota volte para 25%, como previsto em lei. Pode ser até que haja uma prorrogação da alíquota de 27,5% para os anos 2000 e 2001. Outras medidas, como a alta na alíquota sobre ganhos de capital e o imposto sobre grandes fortunas, acabaram não entrando no ajuste fiscal.

Uma novidade é que o dinheiro dos depósitos judiciais e extrajudiciais que estão sob a administração da Receita Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passa a ser utilizado imediatamente pelo Tesouro Nacional. Até agora, esses valores, que são de ações contra o governo, eram classificados como pendências e era vetada qualquer movimentação. A tributarista Nicole Borger discorda da medida. “Antes já era complicado para o contribuinte ter o dinheiro de volta e agora irá prevalecer a política do ganhou mas não levou.”

Embora o ajuste fiscal, anunciado ontem, não tenha mexido na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), existe a possibilidade de que a alíquota desse imposto seja alterada na proposta de reforma tributária a ser enviada pelo governo ao Congresso ou na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). A equipe econômica pode mexer no IOF que incide sobre as remessas enviadas pelas administradoras de cartão de crédito ao exterior para pagar as compras realizadas

IOF

por seus clientes em outros países.

Hoje, a alíquota é de 2% e existe a possibilidade de que esse percentual seja aumentado para 10%. Essa elevação, se vier a ocorrer, deve ser repassada para os usuários de cartão de crédito.

O IOF que incide sobre as operações de crédito de pessoa jurídica também pode ser alterado. Atualmente, a alíquota é de 1,5%.

Para pessoas físicas, a alíquota é de 6%.

IPI

O Programa de Estabilidade Fiscal não definiu aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bebidas e cigarros. Mas o mercado não descarta a possibilidade de as alíquotas incidentes sobre os preços desses produtos virem a ser revistas pelo governo no projeto de reforma tributária, que ainda será submetido à análise de Estados e municípios, para, depois, ser enviado ao Congresso.

A alíquota de IPI incidente sobre o preço de cigarros, por enquanto, continua sendo de 41,25%, em média, e a aplicada sobre bebidas destiladas varia de 30% a 40% do preço.

COFINS

O governo aumentou em 50% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) cobrada das empresas. O percentual subiu de 2% para 3%.

No entanto, as empresas que fazem parte do Simples (sistema simplificado de pagamento de impostos) não são alcançadas por esse aumento. E as empresas que fizeram o recolhimento do imposto com base no lucro presumido (faturamento) também poderão fazer o abatimento dessa contribuição na declaração anual. Apenas as empresas que recolherem por meio do lucro real (apurado após a redução das despesas) é que terão de arcar com a Cofins sem direito à restituição.

CONDOMÍNIO

CPMF incide duas vezes
sobre mesma mensalidade;
inadimplência pode
aumentar

ANDRÉA BOTELHO

Quem mora em apartamento deve lembrar que a nova CPMF, de 0,38%, continuará incidindo duas vezes sobre cada mensalidade do condomínio. A primeira será assim que o dinheiro sair da conta do condomínio para fazer a quitação da sua prestação. A segunda incidirá quando o valor sair da conta de contribuição para pagar as despesas do prédio.

A dupla tributação pode ser discutida na Justiça. Mas essa pode não ser uma boa saída porque o valor da CPMF é muito pequeno.

Outro ponto é que, com o ajuste fiscal, o trabalhador passará a sentir um aperto ainda maior no orçamento mensal. Com isso, a tendência, a médio prazo, é de que aumente o número de inadimplentes (pessoas com mais de três mensalidades em atraso), que hoje está em torno de 3%. Já o atraso de até três prestações é maior: está em torno de 15%.

Caso a inadimplência aumente, os prédios poderão definir formas mais eficientes de cobrança, como recorrer à Justiça em prazos mais curtos que os atuais.

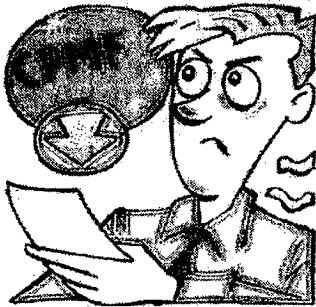
Vale lembrar ainda que, ao atrasar a dívida do condomínio, o morador tem a cobrança de multa. E, pela Lei n.º 4.591, que vigora desde 1964, há a possibilidade de que a multa por atraso seja de até 20%. Assim, o limite de 2% não se aplica a esse setor. Segundo o presidente da Associação das Administradoras de Condomínios (Aabic), José Roberto Graiche, a taxa da multa é definida em assembleia entre os próprios condôminos e hoje ninguém cobra esse valor. “A média está em torno de 10%.”

SEGURO DE CARRO

O aumento da alíquota da CPMF faz encarecer ainda mais os custos de contratação de apólice de seguro de carro. O primeiro desembolso vai ocorrer quando o segurado sacar o dinheiro da conta para pagar o prêmio.

Com a alíquota de 0,20%, considerando um prêmio médio de R\$ 800,00, o segurado pagava R\$ 1,60 de CPMF. Com a nova alíquota, de 0,38%, essa despesa sobe para R\$ 3,04.

O segundo desembolso pode ocorrer quando o segurado receber a indenização, em caso de sinistro com perda total. É que, em geral, as companhias seguradoras depositam o valor a ser indenizado na conta do segurado, que novamente pagará a CPMF porque terá de sacar esse dinheiro para comprar um



novo veículo.

Se o valor da indenização for de R\$ 10 mil, por exemplo, o custo a ser pago pelo consumidor será de R\$ 38,00. Marcelo Prieto, gerente de Automóvel da AGF-Brasil Seguros, lembra que os contratos de se-

guros permitem que o consumidor opte por receber como indenização um outro bem igual ao anterior. Assim, ele escapa do pagamento da CPMF.

Prieto considera ainda que o ajuste fiscal deve reduzir o volume de negócios no setor de seguros. Mas mesmo que ocorra diminuição das vendas ainda não há indícios de que as seguradoras reajustem os preços das apólices por causa de uma eventual perda financeira que a CPMF mais elevada possa provocar.

CONSÓRCIO

Sempre que paga parcelas do consórcio com cheque próprio ou tem esse desconto feito em sua conta corrente, o cotista paga a CPMF. Com a alíquota de 0,20%, quem participa de um grupo de 50 meses para a compra de um carro de R\$ 12 mil paga uma parcela de R\$ 278,74 e R\$ 0,56 de CPMF. Com a nova alíquota de 0,38%, o tributo sobe para R\$ 1,06. A CPMF não é descontada do valor da carta de crédito. A operação bancária é feita diretamente entre a administradora e a concessionária. A contribuição é descontada do fundo de reserva.

Com a perspectiva de juros altos por mais um tempo, o consórcio continua sendo uma forma barata de financiar a compra do carro, porque não tem juros.

ESCOLA

A elevação de 50% da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de 2% para 3%, deve ocasionar aumento da mensalidade escolar para o ano que vem, segundo o delegado regional da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Sérgio Arcuri.

Segundo ele, ainda não dá para dimensionar, com exatidão, de quanto poderá ser esse aumento. Arcuri, no entanto, disse que esse repasse será inevitável, caso a alíquota maior da Cofins não possa ser absorvida pelo orçamento preparado pela escola para 1999.

Além disso, vale lembrar que o desembolso para o pagamento das mensalidades escolares em 1999 também será maior por conta da CPMF.

ATIVOS REAIS BANCO

IMÓVEL

CARRO

A oferta de imóveis novos tende a diminuir, mas os preços não devem subir. O aumento dos custos de produção, da ordem de 4,5% a 5% com a nova alíquota de 0,38% da CPMF, somado ao juro elevado deve desestimular os lançamentos, avalia Walter Lafemina, presidente do Secovi (Sindicato da Habitação). Mas construtores e incorporadores tendem a absorver esse aumento de custos, porque, segundo Lafemina, a recessão e a perda de renda de consumidores não permitirão o repasse para os preços de imóveis. Além disso, compradores já estarão sujeitos a um desembolso maior, porque pagarão uma CPMF mais elevada quando o dinheiro utilizado na compra sair da conta corrente.

Comprar carro como forma de proteção do dinheiro não é recomendável diante da expectativa de recessão, segundo o analista financeiro Eduardo Favaretto. A tendência, ele diz, é que os carros tenham os seus preços depreciados.

A dica de Favaretto é que o consumidor que possui mais de um carro faça a venda de um deles, se puder, e invista o dinheiro até que a crise passe. Assim, ele protege o seu dinheiro da provável desvalorização do bem e ainda embolsa os ganhos obtidos com a aplicação financeira. Passada a crise, continua o analista, o consumidor poderá retirar parte dos recursos aplicados e comprar um outro carro do mesmo padrão do anterior por preço menor.

Correntistas de bancos, ao que tudo indica, poderão arcar com tarifas bancárias mais pesadas e taxas de juros mais altas nos empréstimos. É que o pacote fiscal, além de elevar a CPMF, que tem impacto sobre o custo de captação de recursos, deve trazer aumento de imposto para os bancos, e a tendência é esse acréscimo de despesas ser diluído nos encargos cobrados de clientes.

Embora o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, tenha dito que, por enquanto, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não atingirá os bancos, consultores do mercado avaliam que os bancos devem passar a recolher a Cofins, com alíquota de 3% sobre o faturamento bruto, a partir de janeiro. Sendo assim, se não encontrarem brecha legal para contestar esse tributo, os bancos terão de ou absorver o aumento da carga tributária com a redução de margem de lucro, o que é pouco provável, ou repassar o acréscimo aos custos cobrados da clientela, o que é mais provável, avaliam os consultores. Ainda assim, afirmam eles, se o governo conseguir reduzir o juro para a faixa de 20% no próximo ano, o tomador de empréstimo encontrará condições melhores que as atuais.

TELEFONES

O ajuste fiscal deve acentuar a queda das cotações das linhas no mercado paralelo, por causa do desaquecimento da economia. A redução de preços, no entanto, tem estado presente no mercado desde o início da privatização do setor de telecomunicações. “Quem não tem pressa adia a negociação para com-

prar mais barato no futuro”, diz o diretor da Bolsa de Telefones, Edmond Rubies. Esse cenário beneficia quem precisa da linha para uso imediato.

Telefone deixou de ser investimento, mas quem tem linhas ainda lucra com a locação. “O retorno mensal é de 6% do valor do bem.”

CASA PRÓPRIA

Aumento da CPMF pode
exercer pressão sobre
preços; e, com juro alto, adie
financiamentos

SILVANA ROCHA

Os financiamentos bancários repassados às construtoras e ao comprador final continuam livres da CPMF. Os bancos antecipam às construtoras ou ao vendedor o valor relativo à dívida assumida pelo mutuário, sem o desconto da contribuição. No saque dos recursos de sua conta corrente, porém, o incorporador ou o vendedor pagará a contribuição, sendo afetados, portanto, pela nova CPMF de 0,38%. Se não quiser vir a ter o preço líquido de venda do imóvel reduzido por causa do des-

conto da CPMF, o vendedor ou incorporador poderá aumentar o preço de venda do imóvel a fim de compensar a cobrança da contribuição. Mas há um problema para isso, neste momento. Há grande oferta de imóvel à venda no mercado e a demanda tende a cair. Assim, se aumentar o preço da unidade, ficará mais difícil vendê-la.

Já o comprador final recebe um empréstimo livre da CPMF, mas tem o desconto em conta corrente quando quita as prestações mensais do imóvel.

Por conta da expectativa de que os juros devam permanecer elevados e considerando que as prestações e a dívida são atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR), que reflete as taxas de juros, o mais indicado é não assumir financiamentos neste momento.

ALUGUEL

O presidente da Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (Aabic), José Roberto Graiche, diz que os proprietários terão mais dificuldades para alugar suas unidades e correrão mais risco de não receber o aluguel, porque o inquilino ficará mais vulnerável ao desemprego e à inadimplência. Candidatos a inquilino poderão encontrar maior oferta e preço menor. Com o aumento da CPMF, a renda do proprietário vai diminuir. Ele paga o tributo duas vezes sobre o mesmo valor: no desconto feito pela administradora, que repassa a ele a CPMF paga por ela na transferência do aluguel da sua conta para a dele, e no saque do dinheiro da sua conta.